

A DESTACADA FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUIVO OTOMANO: Hazîne-i Evrak ou Osmanlý Arşivi, Arşiv

THE DETACHED SOCIAL FUNCTION OF OTTOMAN ARCHIVES: Hazîne-i Evrak or Osmanlý Arşivi, Arşiv

Sílvia Maria do Espírito Santo

Resumo: Esta discussão gira, primordialmente, em torno da função social da instituição-arquivo e do seu reconhecimento e significação histórica otomana na Turquia, desempenhando esta instituição funções administrativas e sociais na defesa dos direitos civis. Tecnicamente, a instituição-arquivo inscreve-se, de forma clara, na Arquivística desenvolvida na Europa, Canadá e América Latina, ainda que, politicamente, seja mais flagrante o seu papel de “lugar de memória” do Império Otomano e o seu contributo na metamorfose do Império em “Estado-Nação” laico e moderno através da ação militar e política de Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938). Assim, o Osmanlý Arşivi, Arşiv, ou Arquivo Otomano, centralizado e ramificado em duas grandes cidades na Turquia – Ankara e Istambul –, é, aqui, alvo de uma caracterização genérica que visa torná-lo conhecido para o leitor em língua portuguesa, até porque estamos perante uma das instituições arquivísticas mais importantes da Europa e da Ásia em função dos seus elevados padrões de atendimento à pesquisa internacional e à eficiente prestação de serviços públicos que revela ter.

Palavras-chave: Instituição-Arquivo, função social; Turquia, linguagem

Abstract: This discussion is mainly around the social function of the archive-institution and of its recognition and historical Ottoman relevance in Turkey, taking into account the institution’s role as far as its administrative and social functions in the defense of civil rights are concerned. Technically, the archive-institution can be placed within the scope of the Archive Science developed in Europe, Canada and Latin America, although politically its role as “local of memory” of the Ottoman Empire and its part in the metamorphosis of the Empire into a secular and modern “Nation-State” by means of the political and military action of Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938) is more evident. The O Osmanlý Arşivi, Arşiv, or Ottoman Archive, Mustafá Kemal Atatürk, which is centralized and branched in two big cities in Turkey – Ankara and Istanbul –, is the target of a generic characterization that will enable Portuguese readers to recognize it as one of the most important archive-institutions in Europe and Asia regarding the high standards of usefulness in what concerns international research and the provision of public services.

Keywords: Archive-institutions, social function; Turkey, language

Introdução

Do ponto de vista da gestão documental, pode-se afirmar que o Arquivo Otomano¹, no território turco, espelha a estrutura evolutiva dos arquivos ocidentais, nomeadamente os mais conhecidos da Europa e América Latina, a partir da administração central, e que são

¹ “The original building was located on the grounds of the grand vezir’s offices in Gülhane and contained several main groups of documents: the records of the Imperial Council (Divan-i Hümayun) and the records of the grand vezir’s office (Bab-i Ali), as well as the records of the financial departments (Maliye) and cadastral surveys (taputahrirdefteri). With the establishment of the Republic, the Hazine-i Evrak was transformed into Başvekalet Arşiv Umum Müdürlüğü (The General Directorate of the Prime Ministry) and eventually the Başbakanlık Arşiv Genel Müdürlüğü. During this period, the records of various nineteenth-century Ottoman offices and administrative authorities were added to the collections”. In: <http://hazine.info/basbakanlik-arsivi/> (Ottoman Archive).

o resultado das razões político-administrativas do Estado-Nação. O destaque da função social do referido arquivo reside, provavelmente, nas proximidades históricas, religiosas e territoriais com países que tiveram origem nas antigas civilizações e que se encontram em conflito, ou em permanentes guerras, em redor da Turquia.

Durante a busca de publicações referentes ao “assunto arquivo”² deparámo-nos com uma notícia recente, numa página da Internet originária da Argentina, sobre a transferência dos documentos palestinos. O pequeno artigo refere a informação jornalística da transferência de uma documentação específica do Arquivo Otomano na Turquia para a Palestina. Nesse artigo, tal feito é considerado como um grande passo dado pelo governo turco. A notícia, aparentemente sem repercussão imediata, denota uma situação de estranhamento para o leitor. Para além disso, parece algo provocadora quando se tem em conta a função social de um arquivo. Assim, seria possível um arquivo público, com milhares de documentos históricos, ser útil no que concerne à recuperação de terras de antigos proprietários de um território dividido?

Imediatamente recorreríamos à história da instituição para responder a tal questão.

A questão da identidade dos documentos, a pertença, a proveniência e origem e a atribuição da prova de propriedade poderão questionar o controlo israelita das terras palestinianas? A intenção de requerer os direitos palestinianos através de documentos faz sentido na História e no controlo bélico regional acirrado no movimento sionista?

Esta notícia foi timidamente veiculada na página eletrónica do CIDIPAL - Center for Information and Documentation on Israel para a América Latina. O texto coloca a transferência dos arquivos de registo de terra aos palestinianos como um ponto positivo, tal como expresso na citação abaixo:

“Um importante paso em la política turca que apoya la lucha contra Israel. Nabil Marouf, embajador de Palestina en Ankara, transmitió que, La Autoridad Palestina, recibió por parte del gobierno turco, un copia del archivo otomano. Marouf definió la iniciativa turca como un paso muy importante que ayudará, a lós palestinos, a probar la propiedad de las tierras amezadas por el control de elementos israelíes oficiales y organizaciones de colonos”.

Neste excerto podemos verificar claramente a expectativa em relação à transferência documental e supostos beneficiários palestinianos na comprovação das propriedades de terras implicadas nas questões da luta pela devolução das terras aos Palestinos. E segue:

“O Archivo Otomano contiene cantidad de información, de gran valor, sobre las tierras palestinas durante el período otomano e incluye registros de tierras documentadas en microfilm. La embajada palestina se propone inaugurar un sector consular especial, que se ocupará de recibir pedidos –

² Este artigo faz parte de processos de pesquisa e análise da linha “Gestão da Informação” sobre a temática e sobre a Cultura do Café, orientando-se pelos documentos levantados no Arquivo Otomano e por estudos dos efeitos da organicidade documental. Foram iluminados pela história do arquivo e evidenciam a “microrresistência” dos documentos inseridos na perspectiva do valor documental. São tidos com valor de autenticidade na elaboração de significados que são representados em documentos, nas letras do alfabeto arábico da antiga língua turco-otomana.

por parte de palestinos – para obtener registros de propiedad y se propone emplear expertos que sepan leer la lengua turca de la época.

Todo palestino podrá enviar una solicitud a la embajada con información sobre su bienes inscritos, número de escritura, nombre del propietario, nombre de la ciudad o la alde y número de parcela”.

A notícia parece duvidosa, porque, sem referências às fontes utilizadas, a margem de interpretação torna-se ampla e com um risco enorme de descredibilizar o que foi veiculado. De qualquer modo, é relevante no que diz respeito à possibilidade de se criar um setor consular com o intuito de se ocupar apenas dos pedidos de comprovativo de registo de terras por parte dos palestinianos.

Os palestinianos poderiam sonhar ter as suas terras de volta a partir do acesso documental e rever as propriedades por direito adquirido? Os efeitos de uma guerra que se prolonga teriam fim aquando da comprovação de posses a partir dos documentos arquivados? Essa pergunta ingénua não esconde uma verdade que mora além da confirmação do direito à propriedade, que é a questão religiosa, determinante na história regional e na sustentação da realidade belicista que atravessam os séculos. E está assim, finalmente, aberta uma discussão acerca do papel social dos arquivos na recuperação dos valores da humanidade, que tem sido barbaramente atingida no que concerne aos seus direitos civis. Contudo, é importante mencionar que ainda não é possível afirmar que a invenção dos arquivos centralizados do poder de Estado é invenção do período moderno, pois a Roma Antiga já dava destino aos arquivos que possuíam esta função ou característica da função centralizada de poder governamental e direitos públicos.

Cabe aqui uma citação de Giddens (2003:29) que remete a discussão dos arquivos como significações humanas da estrutura social para um resultado das práticas sociais, ou seja como um caminho para a compreensão da função social não cristalizada, consideravelmente bem mais interventiva no espelhamento das culturas regionais e no contexto dos estados democráticos.

“Resumamos nossa argumentação até aqui. A estrutura, como conjuntos de regras e recursos recursivamente organizados, está fora do tempo e do espaço, exceto em suas exemplificações e coordenação como traços mnémicos, e marcada por uma "ausência do sujeito". Os sistemas sociais em que a estrutura está recursivamente implicada, pelo contrário, compreendem as atividades localizadas de agentes humanos, reproduzidas através do tempo e do espaço. Analisar a estruturação de sistemas sociais significa estudar os modos como tais sistemas, fundamentados nas atividades cognitivas de atores localizados que se apoiam em regras e recursos na diversidade de contextos de ação, são produzidos e reproduzidos em interação” (GIDDENS, 2003:209).

Peters (2013) explica que a teoria da estruturação de Anthony Giddens se baseia no facto de que a produção, reprodução e transformação das “propriedades estruturais” de quaisquer sistemas sociais (ainda que no plural) estão ligadas intimamente ao tempo e espaço. Acrescenta, ainda, que a ligação ontológica se dá pela habilidade do sujeito, ou seja, ao analisar a teoria do sociólogo inglês, Peters reconhece que há uma feição das estruturas que está intimamente associada às práticas dos atores (GIDDENS, 1993^a:128-

129; 2003:29-33 *apud* Peters, 2013). De acordo com Giddens, referido por Peters (2013) as estruturas são entendidas como “regras e recursos” organizados como sistemas sociais, socialmente incorporadas, com capacidade reflexiva por parte dos próprios agentes dessas práticas. As estruturas sociais são, portanto, constituídas pela agência humana e são, ao mesmo tempo, o meio da sua própria constituição.

Na História é possível encontrar “meios e práticas” que representam testemunhos de que a ação da memória se ampliava na função do arquivo de documentos para que estes servissem de prova testemunhal dos direitos da população, além do fenómeno humano da prática de arquivar registos a partir das antigas civilizações do Médio Oriente. Em Portugal, no século XIV, tal como mencionado por Silva et al. (2009:81), no “processo evolutivo da Idade Média para a época moderna” está patente a busca de direitos por parte da população³.

Contudo, durante a Revolução Francesa, aquando da “nova fase” da concentração dos documentos do Estado em guardas permanentes, quebrou-se a forma sistémica dos arquivos e destinaram-se-lhes setores, tendo as formas pelas quais concebemos os arquivos atualmente sido definitivamente definidas como “administrativas” ou “histórico-culturais”.

Na altura desenvolvem-se dois aspectos da identidade do arquivo: 1) o primeiro aspeto diz respeito ao princípio da territorialidade dos documentos, uma vez que estes estavam definitivamente atribuídos ao significado da nacionalidade e 2) o segundo contempla a inventariação dos bens dos nobres para dar acesso aos documentos com carácter público.

A contribuição da Lei 7 de Messidor⁴ foi definitiva para perfilar o Archives Nationales francês. Com efeito, “Aí se conservavam os fundamentos da organização do Estado, os registos das deliberações mais odiadas pelos revolucionários, os títulos de nobreza e de propriedade dos partidários da monarquia” (SILVA et al., 2009:82).

Os arquivos públicos erguem-se a partir da própria história local, regionalizada administrativamente, e desenvolvem-se na direção do exercício da guarda, disponibilização e função social. Na maioria das vezes, em estados autoritários ou democráticos, estão em concordância com os aspectos políticos, intensificados, ou não, pela economia, na interpretação dos direitos e defesa da população ou de acordo com os sistemas ideológicos procedentes dos poderes de Estado.

³ “O exemplo do arquivo da Torre do Tombo é sintomático quanto à existência de um processo evolutivo, sem sobressaltos, da Idade Média para a época moderna. E isto é tanto mais significativo, quanto se sabe que a experiência portuguesa não foi indiferente à reforma operada no seio da Corte castelhana e que culminou na organização do Archivo de Simancas. O início do processo de modernização da Torre do Tombo parece remontar ao reinado de D. Afonso V. Após a crise de 1383-84 deu-se um forte movimento de afirmação das comunidades locais que, para melhor defesa dos seus direitos, receberam instruções para arquivagem da própria documentação municipal (carta régia de 12 de maio de 1393) e solicitaram o traslado de originais existentes no arquivo da Coroa, que diziam respeito à sua região. Foi o caso do município do Porto, cujo requerimento deu origem ao chamando “Livro Grande”, uma extensa colectânea de privilégios e doações remontando as mais antigas do século XII” (SILVA et al., 2009:81).

⁴ A Lei de 7 Messidor definiu que os manuscritos confiscados pela Revolução Francesa deveriam ficar sob a custódia da Biblioteca Nacional e também considerou que os documentos como cartas geográficas, astronómicas e martírima que deveriam ser destinados a outro local. Nesse momento teve início a separação dos documentos indispensáveis à administração e àqueles de carácter histórico e cultural.

Giddens (2003), ao analisar a sociedade a partir da teoria da estrutura, afirma que a estrutura crescente das instituições possui uma linha de entendimento a partir do aprofundamento do conhecimento das atividades sociais como *extensões de espaço-tempo*. A sua perspectiva obrigaria a repensar as divisões das disciplinas clássicas como a sociologia da história e a geografia. Admitimos, no entanto, as limitações do presente estudo no que concerne à amplificação das questões teóricas na análise do problema da estrutura social em relação à função social. Podemos, ainda, afirmar que as necessidades atuais das análises institucionais pedem articulação entre as teorias das Ciências Sociais para entender os fenómenos sociais, inclusive os relativos aos arquivos. Contudo constatámos que, genericamente, os arquivos, são o espelho de instituições como hospitais, fábricas, escolas entre outros e, como tal, não podem “virar as costas para a sociedade global” (SILVA, 2009) e devem considerar os papéis desenvolvidos pelos agentes (administrativos, jurídicos, culturais) na Sociedade da Informação.

No mesmo sentido parece-me pertinente a observação de Bacellar (2014) ao inferir que os arquivos estiveram, durante anos, voltados para os interesses dos historiadores. Tal questão reporta à função cultural que assumiu a instituição a partir da Revolução Francesa (Lei de 7 Messidor)⁵.

Faremos aqui duas pontuais observações a respeito dos complexos conceitos “competência e relevância” dos agentes sociais informacionais no âmbito da Arquivística. A primeira refere-se à importância contextual histórica para a *formação dos arquivos* e a segunda à questão da função social por eles exercida, comumente chamada de *informação de arquivo*.

Como os hospitais, os arquivos não podem cessar o atendimento, apesar das dinâmicas internas que são relativas a cada sociedade, pois defendem os interesses sociais e políticos com critérios técnicos e normativos determinados. Para um arquivo, a organização documental, tal como “os pacientes hospitalares”, só faz sentido no âmbito humano. De facto, os documentos não são estáticos como objetos em vitrinas dos melhores museus. O documento pede leitura, reflexão e entendimento, assim como a *informação* implica um dinamismo que é cognitivo e sócio-comunicacional.

Entende-se que este fenómeno é a seiva do conhecimento das técnicas arquivísticas e, assim, ao contrário do objeto museológico que depende integralmente do conhecimento especializado, a leitura do documento amplia os sentidos quando há, no receptor, o interesse civil, a informação ou o conhecimento básico da arquivística.

Leitura do documento e serviços

O jovem pesquisador surpreende-se com a sala de leitura do arquivo e para sair do estado inicial de uma franca inércia frente ao documento a ser lido, ou de modo a ultrapassar o facto de estar imbuído de uma admiração cega pelo mesmo, aconselha-se a que o pesquisador tenha conhecimentos iniciais acerca deste tipo de documentos, tal como se espera do arquivista. É, ainda, relevante referir que este profissional acumula, também, a

⁵ No século XVIII, durante a Convenção de 1789 da Revolução Francesa, as triagens e eliminações realizadas destinaram o que se considerava indispensável para a administração e aquilo que seria conservado para interesse histórico-cultural (Baudier citado por SILVA et al., 2003:100-101).

função de mediador. As dinâmicas de atendimentos próprios dos serviços rotineiros de um arquivo são também comuns na América Latina e na Europa, cada qual com sua maneira cultural, dentro de sistemas particulares, distinguindo-os no sentido da demonstração dos acervos em linguagens de acesso.

Algumas terminologias ou princípios tornam-se básicos para o entendimento do conjunto documental e organização. Estes princípios da Arquivística – fundos, proveniência, organicidade – presentes e originários no mundo ocidental, a partir da derrocada da monarquia europeia e da fundação do Archives Nationales em 1789, criaram descendências no direito público ao acesso, garantido em estatutos e regulamentos internos das instituições arquivísticas modernas. Porém, o confisco e expurgo de documentos, ainda que carregado de intenções ideológicas criou (ou reforçou) dois fetiches sociais modernos: o da *raridade* (atribuindo-lhe o valor de objeto museológico) e o da censura (ocorrida em momentos de transição, assentamento e manutenção político-ideológica). Muitos dos documentos “raros” têm como destino as vitrinas dos museus, em corredores ou salas de exposição.

No cotidiano de quem pesquisa, nos ambientes silenciosos dos arquivos, são “observáveis a olho nu” as mais subtis ou secretas intenções ou, ainda, aquelas que estão em linha com as perspectivas dos governos detentores do poder de guarda dos arquivos documentais público: são as palavras não ditas, mas implícitas no ambiente do pesquisador. Para os interessados serão sempre necessários os bisturis das legislações articuladas com bibliografia, fotografias e depoimentos pessoais na revelação dos factos e na interpretação do leitor.

A égide ideológica hegemônica do poder, que permeia os factos e as ações é, muitas vezes, surpreendente e resistente. No Brasil, são exemplos desse processo a produção documental gerada no Regime Militar e as aberturas dos arquivos da ditadura, de acordo com um projeto recente, garantido pela Lei de Acesso à Informação (Lei no. 12.527 de 18/11/2011)⁶. Ainda assim, o trabalho demanda (e demandará) um enfrentamento político, com base na Constituição Brasileira, e com apoio do movimento público, no sentido da contribuição para a justiça ou da manutenção da mesma.

Organização e serviços do arquivo

Antes de atribuir a um arquivo a existência ou não da *função social* é possível entender os contextos historicamente constituídos a partir do conhecimento da estrutura social e das práticas da gestão da informação, que se relacionam com a prática empírica, fecundada pelas relações sociais, políticas e pelo crivo da visão da mudança de paradigma concetual do *fenómeno da informação* proporcionada pela Ciência da Informação. Silva et al. (2009) defendem que a exploração da natureza da Arquivística mediante a dificuldade de entendimento das questões epistemológicas da informação, como no caso das reduções no sentido do estudo da memória histórica, sistematiza a urgência em assumir as mudanças paradigmáticas: do documento à informação. Contudo, consideramos que a imensidão dos sentidos e inquietações provocadas pela arquivística se aproximam da

⁶ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/04/documentos-da-ditadura-estao-disponiveis-na-internet>. Acedido em 5 jan. 2015.

pragmática “multissecular” rotineira, técnica, epistêmica e possui as diretrizes para o social⁷.

Próximos do paradoxo cotidiano do profissional, estamos entre a ausência de políticas claras e a presença das práticas inovadoras que se colocam aos desafios de comunicação no mundo informático, isto é, de quem se obriga a teorizar, a acompanhar as metodologias, a aplicá-las à instituição arquivística, sendo que estas devem ser retroalimentadas em pesquisas científicas (criar, aplicar métodos e sistemas para o atendimento). Assim estão definidas duas instâncias localizadas e caracterizadas na estrutura interna institucional para a gestão do arquivo:

1. Na organização do sistema arquivístico onde se cria o *input/output* dinâmicos, condicionados às políticas arquivísticas dos contextos históricos e culturais.
2. Nos serviços quando se adotam programas habilitados para o atendimento, recorrentes nos guias impressos ou eletrônicos dos arquivos.

Da experiência da organização da informação no arquivo empresarial, por exemplo, temos:

“A Gestão da Qualidade considera a Gestão da Informação um processo estratégico nas organizações pois na gestão dos processos temos informação/documentos, os processos têm que ser documentados para serem correctamente geridos e a qualidade dos processos controla-se documentalmente com registos (evidências). Além do mais, para documentar um processo precisamos de: analisar o processo, as necessidades dos clientes e o valor de cada tarefa do processo, reformulá-lo, determinar os seus componentes (agentes, tarefas, regras, tempos, sequências, diagramas de fluxo, tipos de transacções, tipos de documentos utilizados, normas e acessos), implementá-lo (*workflow*) e integrá-lo com outros processos, controlá-lo, auditá-lo e avaliar o grau de satisfação dos clientes, corrigindo as não conformidades e melhorando ou reformulando o próprio processo” (PINTO e SILVA, 2005:5).

Na sociedade contemporânea, a competência dos agentes mediadores (arquivistas) contribui para que estes vão aprimorando o seu desempenho, adicionando o sentido informacional do atendimento e melhorando o domínio sistémico baseado em razões humanísticas e tecnológicas contemporâneas que permitem converter o conhecimento em uso público.

⁷ No capítulo 3 intitulado “Uma ciência da Informação” da obra *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação* (SILVA et al., 2009) há uma apresentação do processo informacional relativo aos arquivos, (fig. 41) com um comentário pertinente: “Após um largo período de desenvolvimento que decorreu praticamente desde as origens da escrita ao fim do Antigo Regime, os sistemas de arquivo sofreram o efeito modelador da viragem ocorrida no processo histórico, com particular destaque para as implicações político-ideológicos, institucionais e jurídico-administrativas da Revolução Francesa [...]. Foi o início da era “pós-custodial” em que os arquivos emergem como sistemas de informação, cuja complexidade nem sempre se confina à ordem material dos documentos e cuja organicidade transcende as vicissitudes da sua tradição custodial”.

Turquia e Brasil: arquivos e linguagens dos tempos democráticos

A partir de 1980 o paradigma do arquivo histórico, assim como aconteceu com os museus e bibliotecas, passou a ser identificado no âmbito da sua função social nos países que derrotaram as ditaduras. Brasil e Turquia são bons exemplos disso mesmo e, tanto no país latino-americano como no país euro-asiático, tais aspectos e mudança da rotação política, não são diferentes. Posto isto, verificam-se as disponibilidades na qualidade do atendimento, a compreensão da fase de maturidade do arquivo, em suma, a realidade em vigor nas políticas sociais e estas não são como estátuas que “jamais possam se enganar ou fraquejar” (BALZAC, 2007); pelo contrário, dinamizam-se e valorizam-se ainda que as imperfeições do sistema de funcionamento não interfiram na fase do processo para identificar as diretrizes e avanços dos serviços. Observar e identificar as funções sociais de uma instituição não anula a competência adquirida em formação e experiência técnica, porque se assim fosse desprezar-se-ia o conhecimento tácito. Pelo contrário, a observação das dinâmicas criativas e a convivência entre os funcionários e pesquisadores no ambiente arquivístico há muito tempo cria ou traz renovação às ideias para a operacionalização de mudanças efetivas no conhecimento.

Retomando os princípios da Arquivística relativamente à abordagem da função social, talvez não seja tão relevante focar os termos *proveniência* e *organicidade dos fundos* na tentativa de unir numa única linha alguns princípios comuns de organização e função social. Não se trata aqui de questionar posicionamentos frente às questões críticas relativas aos termos colocados em suspenso em momentos “pós-custodiais”, mas sim de balizar a uniformidade das práticas dos termos, assim como as âncoras dos fundamentos da arquivística, sempre tendo em consideração as barreiras e facilidades que os diversos arquivos encontram em mundos diferentes.

Neste fórum são evidenciadas as custódias públicas da documentação arquivística, os exemplos pós-custodiais de Arquivos Públicos em Portugal, nomeadamente em Vila do Conde, quando houve a efetivação do projeto de Gestão Integrada do Sistema de Informação da Câmara Municipal de Vila do Conde, Portugal, em 1998.

São inúmeros os exemplos dos projetos e das conquistas encontrados a respeito dos agenciamentos retratando a experiência no micro-universo do pesquisador ao exercer a pesquisa. Esta experiência é frequentemente dificultada pela polissemia vocabular “que desemboca, muitas vezes, na confusão conceptual e na *desmultiplicação* de referências a significantes diferentes” que são evidenciadas tanto no meio informático quanto no meio administrativo, jurídico e histórico de um país (SILVA et al., 2009).

A lista de possíveis desencontros entre estrutura e acesso é ampliada com as questões históricas quando estas não influenciam a produção e a gestão documental, pois que se trata, efetivamente, de uma questão real e não de uma hipótese do sistema de um arquivo. E, por mais que haja aproximações linguísticas ou de costumes entre dois (ou mais) países, as diferenças entre estes estarão sempre presentes, são naturais e, muitas vezes, espelham os esforços comunicativos e os interesses das esferas políticas, culturais e científicas ou correspondem a esses mesmos esforços e interesses.

Quadro 1

Arquivo custodial	Arquivo pós-custodial	Sistema linguísticos diferentes e unificadores – Interoperabilidade
<p>Informação Social</p> <p>Organização tributada na ordem.</p> <p>Objetivo: evitar as clausuras das rotinas e desmotivações</p>	<p>Informação Social</p> <p>Organização tributada no Sistema.</p> <p>Objetivo: evitar a demasiada confiança nos sistemas</p>	<p>Informação Social baseada na Função Social dos Arquivos, princípio que implica a capacidade de “inter-comunicação, tecnológica, sintáctica e semântica, entre os repositórios de informação existentes na rede¹⁷³”.</p> <p>Objetivo: evitar a dispersão das funções do arquivo</p>

Destaque da competência, documento e a função social do arquivo

O mais relevante para a presente discussão está naquilo que os arquivos cumprem em termos de papéis sociais quando os agentes envolvidos são capazes de intervir institucionalmente. Sabemos que, apesar das oscilações políticas e financeiras habituais e, principalmente, a instituição administrativa e cultural, ao focar-se em ações tais como: atender as funções que culminam no serviço de atendimento dos interesses da população (quer no âmbito dos interesses civis, científicos ou culturais) deve manter a “sacralização” do testemunho documental, necessita garantir à população os valores históricos, devendo, ao mesmo tempo, projetá-los e preservá-los para o futuro. Neste sentido, a rotina dos serviços provoca reflexões a respeito da sistematização da função social do arquivo na comunicação na Sociedade da Informação, no âmbito da linguagem.

O Brasil referencia a bibliografia americana, australiana e canadiana ao abordar as questões do desenvolvimento da área de língua inglesa para discutir a relação documental com a organização e indexação. A eficácia tecnológica informacional é adquirida na ascensão do capitalismo, nas condições do taylorismo, ritmando a “ordem”, o produto e o lucro. O universo institucional pertence, por diversas razões estruturais, ao mundo do trabalho, à relação com o “outro” e, muitas vezes, com comunidades de diversos países. O atendimento, os serviços e a produção perfilam-se, no sentido profissional, na ligação direta com o cotidiano do cientista da informação (COELHO, 2011). A referida autora afirma que o estudo da competência do profissional dos serviços ainda parece ser incipiente na área da Ciência da Informação, e para tal, cita os autores Bruce, 1999; Cheuk, 2002; Donnelly e Craddock, 2002; Lloyd, 2003; O’Sullivan, 2002 *apud* COELHO, 2011, quando ainda são escassos os esboços para analisar a realidade brasileira.

Do ponto de vista técnico do arquivo, verificamos que a *competência informacional* também não dilui (nem subtrai) as etapas dos processos de recolha, tratamento e disponibilização. Em tempo real, tais processos, ou fases do processo do genericamente designado “Tratamento Documental”, estão interrelacionados com as relações humanas,

burocráticas e, muitas vezes, são parte da eficiência tecnológica aplicada de forma digital. Portanto, as transformações dos tradicionais “fundos” armazenados num denominado “sistema informacional” promissor, leva a concluir que se estes fundos foram efetivamente modificados isto se deveu à maior intensidade (e específica formação) dos agenciamentos profissionais em conjunto com as políticas públicas postas em prática.

A competência, como descreve Coelho (2011), por exemplo, no ambiente profissional da informação (como a do bibliotecário) em órgãos públicos no Brasil, é essencial. Ambientes em que a competência informacional é um dos pressupostos da biblioteconomia, da ciência da informação e, por assim dizer, da arquivologia, é reconhecida como *função social* da instituição.

Tais preocupações unem-se aos valores, ainda significativos, do documento histórico, quer no âmbito da pesquisa científica, quer na atribuição do valor jurídico de provas, sendo este, por vezes, bastante relevante, uma vez que diz respeito aos benefícios civis destinados aos cidadãos, assumindo a forma, por exemplo, de: certidões, documentos probatórios de heranças, inventários, reivindicações trabalhistas, comprovantes de identidade, entre outros.

Enquanto no Brasil um documento histórico é, por vezes, desprezado pelas instituições, devido à obscuridade da sua caligrafia e/ou linguagem; um documento histórico na Turquia poderá ser comparado aos tapetes, sendo visto como um produto do tecer humano, aplicado como as finas linhas de seda em tecidos tramados secretamente em genealogias árabes ou turcas, com atributos destinados a significar mensagens nas estampas, que estão, atualmente reproduzidas, por exemplo, em lojas ou compondo coleções de objetos dos museus. Neste âmbito das significações, o estudo das estruturas sociais é fundamental para compreender os arquivos do passado, e destinar ao documento o lugar que evidentemente lhe pertence.

Os documentos históricos e a sua disponibilização no Brasil e Turquia

A ponte entre o documento histórico e a função social ampliada à realidade atual e, pontuando argumentos de profissionais de dois arquivos, por exemplo, do Brasil e da Turquia é possível mediante a aprendizagem básica dos termos arquivísticos e da prestação de serviços da instituição. Neste sentido, guardando as significativas diferenças culturais para uma comparação no sentido da prática, do uso e do produto da pesquisa em arquivos, podemos dizer que os contextos históricos, recentes, se assemelham aos serviços prestados às comunidades e aos pesquisadores.

O trabalho de pesquisa e a realização de entrevistas realizadas a diretores, funcionários e utentes de arquivos históricos serviram para demonstrar que a relevância informacional dos arquivos depende, exclusivamente, da preparação técnica e académica do funcionário da informação, independentemente da escala institucional e tem lugar na parte humana do fenómeno não, propriamente, na parte mecânica. Sabemos que os arquivos carregam uma significativa participação na história particular dos países. De facto, trata-se aqui da questão civil, que é particularmente relevante em países que mantêm a conquista da democracia, como é o caso da Turquia e do Brasil. Assim, uma breve descrição servirá

como lembrança dos parâmetros dos contextos históricos para conhecer este arquivo que, situado no espaço geográfico e cultural divisório entre ocidente e oriente, se mantém com os arquivos abertos aos pesquisadores e à população.

O Arquivo Público do Estado de São Paulo, existente desde 1721, está sediado no Estado de São Paulo, possui 26 mil metros lineares de documentação, foi desvinculado da Secretaria da Cultura de Estado e anexado, em organograma administrativo, ao governo, mais concretamente, à Casa Civil do Governo do Estado, pertença do modelo republicano vigente no país desde a proclamação da República a 15 de novembro de 1889. O ponto forte desse processo foi a ampliação do quadro de servidores de qualquer nível superior (embora generalizando as contratações, porque foram extintas as contratações de historiadores e arquivistas). Para além disso, com a efetiva mudança foi possível, ainda, ampliar o acervo de Ofícios Administrativos, ampliar em 10 andares a capacidade do arquivo, atualizar o Sistema de Arquivos com a obrigatoriedade de se criar a tabela de temporalidade e controlar o Arquivo no Sistema de Acesso à Informação – sistema e-SIC e sistema SPdoc para tramitação futura do governo em formato digital e e-SIC para solicitação do interior do estado.

Carlos Bacellar, coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo entre março de 2007 e julho de 2013, em entrevista concedida para a pesquisa (2014) relata o que conseguiu implementar. Tendo em atenção o trabalho em causa disserta sobre as mudanças que modernizaram a instituição brasileira de caráter regional, do ponto de vista da perspectiva do atendimento às necessidades contemporâneas, a nível da atualização tecnológica, da adaptação à realidade volumétrica e do acesso. Contudo, a efetivação desse processo provocou uma nova postura, que requereu reorientações da política arquivística e a recuperação do valor administrativo, distanciado no tempo histórico no Brasil.

Além do que foi já aqui listado são, também, de referir os projetos para reequipar os laboratórios de microfilmagem, digitalização, preservação e restauro. É importante mencionar, igualmente, que o Arquivo do Estado de São Paulo, se situa junto a uma grande avenida que liga o centro da cidade à zona norte da cidade de São Paulo, com uma população metropolitana de 21 milhões de habitantes (IBGE, 2014) e, projetada, do Brasil (IBGE, 2015) de 203.945.422 habitantes.

Avançaremos para o exemplo do que aqui trataremos, ou seja, a função social do Arquivo, no caso específico da Turquia.

O Arquivo Otomano, sediado em Istambul, possui 120.000m lineares de estantes, com 9 milhões de documentos, contando com 4 milhões de registos identificados por títulos. Está situado no lado ocidental da cidade, que é, simultaneamente, europeia e asiática. O novo prédio foi construído com o objetivo de sediar a instituição, foi recentemente inaugurado, e denomina-se Ottoman State Archives, ou em turco, Osmanlı Arşivi Daire Başkanlığı, ou Office of the Prime Minister Ottoman Archives⁸. Possui as características e conceitos básicos do arquivo: como sejam a recolha, tratamento e disseminação dos documentos. Das funções mais nobres dos arquivos, ou dos repositórios, para além da salvaguarda documental e da disponibilização dos documentos para pesquisas científicas,

⁸ Informações sobre o funcionamento podem ser encontradas no site: Hazine. In <http://hazine.info/2013/10/10/basbakanlik-arsivi/>. Acedido em 10 jan. 2015.

também é de salientar a de servir a população, contribuindo para a garantia de seus direitos civis ou políticos.

Para prosseguir é necessário descrever o panorama da complexa história dos turcos, do ponto de vista moderno. No entanto, descrever a complexidade da realidade turca seria de todo impossível em tão poucas linhas. Como tal apresentam-se, aqui, em seguida, elementos gerais do contexto histórico otomano turco.

“Otomano” é o período de referência histórica do Império turco, entre 1489 e 1922, no território que compreendia Anatólia, o Médio Oriente e parte do Norte de África e Sudoeste Europeu. A dinastia de Osmani (1258, Anatólia) – de onde advém a designação “otomano” atribuída ao período, às classificações dos padrões artísticos, língua, musicalidade, documentos, arquitetura e influências políticas – foi apoiada pelos turcos oguzes, Oğuz. Os oguzes formaram os diferentes grupos dos povos turcomanos, entre os séculos VIII e XI e migraram por três séculos, a partir do século X, vindos do Mar Cáspio, mudando-se para o sul e oeste da Ásia ocidental e da Europa Oriental. Os turcos modernos são considerados descendentes dos oguzes, azeris, os turcos originários da Turquia, turcomanos, turcos qashqais do Irão, turcos do Khorassan e gazaúzes, constituindo uma população de cerca 10 milhões de pessoas. É sabido sobre a história do Império Otomano que o governo era gerido pelo grão-vizir e que este era simbolicamente equivalente à figura do sultão. O auge do império foi durante o século XVII, altura em que dominou o território de abrangência na enormidade continental, desde Anatólia ao Médio Oriente e parte do Norte de África e Sudoeste Europeu.

O Oeste de Anatólia foi governado pela dinastia de Osmani, pelos turcos oguzes, estando a região sob o vasto poder do grão-vizir e admitido pelo sultão. O auge do império, tal como referido anteriormente, foi durante o século XVII, altura em que alcançou cerca de 5.000.000 km de domínio. Em termos de comparação, pode-se dizer que o Brasil possui 9.198 km de extensão marítima, comparada numericamente a uma régua imaginária da abrangência do tamanho do império Otomano. De facto, este compreendia o estreito de Gibraltar, a oeste; o Mar Cáspio e o Golfo Pérsico, a leste; as fronteiras com as atuais Áustria, Eslovénia, a norte; e os atuais Sudão e Iémen, a sul. Alguns historiadores acreditam que o impedimento turco da passagem das especiarias para o ocidente permitiu a descoberta das Américas, por parte de Portugal e Espanha. A marinha otomana dominou, durante o século XVI, os mares no mediterrâneo, no Mar Vermelho e no Oceano Índico. Vasco da Gama terá encontrado os navios otomanos pelos mares da Índia (Demant, 2013)⁹, sendo que a conquista da América estava condicionada ao controlo dos mares de acesso ao oriente.

A instável história do Oriente Médio é marcada pelo avanço da religião islâmica, sendo que 1/5 da humanidade é muçulmana. Foi nos territórios da Península Arábica que surgiu o Islão que se tornou sinónimo do primeiro califado, tendo este paulatinamente avançado para além do Médio Oriente, durante séculos, em especial para três grandes áreas: Sub-Continente Indiano (Paquistão, Bangladesh, Índia), Ásia do Sudeste (Indonésia), África Norte e África Negra. Tanto na Idade Média como na Moderna, o Médio Oriente teve um

⁹ As referências aqui feitas são de aulas virtuais do Prof. Demant dos Cursos da Universidade de São Paulo. Disponíveis em: <http://www.eaulas.usp.br/portal/struts/search.action;jsessionid=AD64FoE1BDC72A3C1132D4E1F47947A4?professor=Peter+Robert+Demant&idOrderView=1b>. Acedido em 10 fev. 2015.

papel fundamental no trânsito comercial, atraindo nomadas e sendo fortemente marcado por conflitos e guerras.

As três colunas do Império Turco-Otomano constituem uma peça importante na relação das potências. A primeira etapa do califado árabe-muçulmano, vai, da época do profeta, do século V ao XI. Durante os séculos XVI-XII-XIII há um declínio do califado. Posteriormente, durante a Idade Moderna, a emergência do Império Otomano-turco foi evidente arrastando-se até ao século XIX. O Império Otomano baseou-se na religião muçulmana entre as esferas políticas e religiosas. Bulgária, Bósnia, Sérvia, Grécia são alguns dos países onde os cristãos foram dominados pelos otomanos.

Os militares otomanos, por exemplo, deveriam ser muçulmanos, havendo, portanto, um controlo, também, do ponto de vista religioso. Será igualmente importante referir que foram absolutistas. Porém, este absolutismo acaba por ser mais harmonioso do que o absolutismo estabelecido posteriormente na França, por Luís XIV, que foi mais feroz. De facto, relativamente ao absolutismo do Império Otomano pode-se dizer que os atritos internos entre sultão e grão-vizir serviam para garantir a descendência dos sultões.

Do ponto de vista militar inovaram, em técnicas e regimes feudais da aristocracia militar, com base na lealdade e relações familiares. Os turcos estabeleceram impostos à população cristã que era obrigada a entregar meninos que eram levados a Constantinopla, que eram desenraizados das famílias cristãs e se tornavam “ponta de espada” do exército otomano (cavaleiros chamados siphais que são janízaros) e que integravam o exército fiel ao sultão, enquanto os ulemás representam o terceiro pilar do poder – os especialistas da lei religiosa.

Entre os séculos XVI e XVII, as relações internacionais são baseadas na configuração: otomanos e mundo ocidental, ainda absolutista, baseado na monarquia. Os turcos começam a integrar-se numa espécie de “jogo” europeu, baseado em atividades ao nível comercial, militar e estadual. Os mercadores franceses, por exemplo, podiam entrar em Alexandria, através de Izmir, entre outros portos, mas somente para as negociações. Caso houvesse conflito, eram assinadas “capitulações”. Tais documentos atestavam às outras potências a existência de um julgamento. Os cônsules eram soberanos, e não o Estado. Efetivamente, esta figura do cônsul foi uma invenção do império otomano e diminuía o poder do sultão. De qualquer forma, importa aqui referir que estes documentos são veículos do poder otomano, atualmente depositados nos arquivos turcos.

O Império Otomano desafiou o poder da Europa Ocidental entre os séculos XV e XIX e desenvolveu-se até 1600 altura em que entrou em decadência, num longo período de enfraquecimento. Sultões particularmente excêntricos, ou exóticos, com atitudes pessoais fetichistas, praticaram atos criminosos que contribuíram para a decadência do império. Do ponto de vista da estrutura económica, esta situação provocou um declínio populacional no século XVIII em relação à França e à Rússia, enquanto havia um animado sistema progressista saído das conquistas europeias e domínio extrativista, escravagista nas colónias americanas. Para além disso, a prata das Américas, inflacionava a economia europeia atingindo o império otomano, por excesso de produção, o que fez com que este importasse mais produtos europeus.

Após a Segunda Guerra Mundial, no período Republicano, com a marcante figura de Mustafa Kemal Atatürk – um oficial do exército que se tornou estadista, fundador da

República da Turquia e primeiro-ministro – a Turquia foi libertada do Império Otomano e da miserabilidade do povo. As imagens de Atatürk, o “pai dos turcos”¹⁰, circulam no país na forma de monumentos, fotografias, assim como constitui um símbolo da conquista de liberdade, da reforma da educação, do alfabeto, da transformação da escrita árabe em turco moderno, das proibições de costumes que se referiam à cultura e poder otomanos (como o uso do turbante), da dignidade civil, da independência e duma subtil figura icónica perfilada na masculinidade que representa até os dias de hoje, o espelho da elegância, autoridade e organização.

O Arquivo Otomano

A procura do arquivo histórico para quem sai da Taksim Square em direção à Biblioteca Taksim Atatürk, Kitaplığı é relativamente simples. A pessoa apanha o autocarro 48T, depois atravessa dois grandes túneis e uma linha acima dos olhos avista um viaduto que corta o horizonte e de onde se vê o segundo mais importante arquivo histórico da Turquia. Destaca-se na paisagem urbana pousado na margem direita de um robusto prédio, com telhados em semi-círculos, retilíneos e um domus com lâminas hexagonais. O prédio foi construído em linhas modernas, influenciado pela cultura otomana e é de autoria do arquiteto turco Hilmi Senalp¹¹. O arquivo foi especialmente criado para albergar os grandes volumes documentais modernos, recolhidos e, com o estabelecimento de Hazine-i Evrak, documento oficiais. Os arquivos institucionais referem-se a documentos de proveniências distintas, de carácter administrativo e centralizados em Kağıthane, um distrito de Istambul, do lado europeu, com uma população de 415.130 habitantes.

Assim como no caso do Arquivo Público do Estado de São Paulo, uma grande avenida permite aceder à sede e o acesso urbano é facilitado pelas linhas de autocarro, com referência a Taksim Square, e, também, pelas linhas de metro. A sua história como arquivo moderno teve início em 1847, e a sua organização teve origem em grupos documentais, no Conselho Imperial (Hümayun Divan-ı) e em registos comerciais. Os conjuntos documentais foram organizados a partir do Conselho Imperial (Divan-ı Hümayun), dos arquivos do Grand Vezir's (Bab-ı Ali), dos arquivos do Departamento Financeiro (Maliye), e dos arquivos do Departamento cadastras (tapu Tahrir Defteri), entre outros.

Com o estabelecimento da República Turca, pelas mãos de Atatürk, os arquivos Hazine-Evrak foram transferidos para Basvekalet Arsiv Umum Müdürlüğü e houve inclusão de vários arquivos otomanos datados do século XIX. A organização do arquivo moderno teve início em 1910, quando foram classificadas as primeiras coleções (Tasnif), cadernos de anotações (Defters) e documentos (Evrak) entre 1918 e 1921.

Ali E Miri classificou 180.361 documentos, İbnülemin Mahmud Kemal outras centenas e, em 1930, Muallim Cevdet classificou 184.256 documentos incluindo assuntos militares, registos de fundações de caridade e escritos imperiais. Possui documentos do sultão

¹⁰ A designação Atatürk, o “pai dos turcos” foi difundida em toda a Turquia.

¹¹ O local, arquitetura e abrigo dos documentos foram criticados em jornais e podem ser verificados. Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/02/turkey-ottoman-archives-undermine-akp.html>. Acesso em 15 mar. 2015.

Sülleyman, datados do século XVI, e mantém-se organizado tal como foi reordenado no século XVIII de acordo com os seus fundos históricos¹².

As características fundamentais de um arquivo estão relacionados com a história da instituição, a administração organizacional do General State Archives, em Ankara-capital, e do Ottoman Archives, em Istambul, isto é, são dois arquivos do governo. Não existem, como no caso do Brasil, arquivos estaduais, ou de Portugal, arquivos distritais.

Na intranet, à qual se pode aceder num dos vários monitores da sala de consulta, pode-se seleccionar o documento desejado, a partir das classificações existentes e das coleções particulares. O auxílio dos funcionários é fundamental para a tradução, embora a maioria dos pesquisadores conheçam a língua árabe, o otomano antigo e otomano moderno ou turco. O sistema faz a conversão do calendário muçulmano para o calendário romano. Estima-se que o arquivo recebe pesquisadores de dezenas de diferentes países diariamente. As referências diretas das categorias do programa de acesso utilizado na busca estão indicadas no quadro abaixo:

Quadro 2

Fon	Fundo
Kodu	Código
Dosya	Arquivo
No	Número
Gömlek	Camisa (embalagem)
İşaret No Tarih	Registo sem data
Belge	Documento
Adedi	s/ tradução
Konu	Tópico

A pesquisa inclui, também, uma entrevista que foi aplicada ao Sr. Durmus Kandina, Başbakanlık Osmanlı Arşivi, que possui a função de representante do arquivo e de apoio a pesquisadores, para além de fazer traduções para quem procura dialogar com os responsáveis da instituição. Na sua opinião, partindo do princípio da proveniência, consegue-se reconstruir o percurso de uma prática, por exemplo, se o estado decidir comprar uma sede e gera três documentos distintos, que são verificados na classificação e posteriormente descartados pela comissão nacional de eliminação, a proveniência decide a guarda permanente. Devido à questão do espaço, tal como acontece em países que possuem política de armazenamento documental, esta prática é aplicada apenas para os documentos do período moderno.

¹² Ali Emiri classificou 180.361 documentos com o código "A.E". İbnülemin Mahumud Kemal organizou 467 documentos de acordo com 21 títulos. As questões financeiras que envolviam 12.201 documentos, e as militares que estavam presentes em 8.227, receberam outros códigos como "I.E". Em 1930, Muallim Cevdet seguiu o exemplo de İbnülemin e classificou 184.256 em títulos, entre registos militares, fundação de caridade, e assuntos internos codificados em "C". Há três categorias de organização: Conselho Imperial, Grans vezirate e Assuntos de Estado.

Relativamente às perguntas colocadas na entrevista estas foram: 1. Como é a estrutura sistémica do arquivo? 2. Depois da transferência dos documentos para a sede definitiva como foi organizado o arquivo? Como são as classificações? 3. Qual a quantidade de documentos e de funcionários? 4. Como é o princípio de organicidade no momento da documentação digital?

Prontamente, o entrevistado descreveu que os grupos e séries se baseiam em proveniências de carácter administrativo. Existem também arquivos temáticos, com classificações menores e a maior parte são arquivos do governo. Não existem tópicos. No entanto, há uma classificação temática (em coleções) de, também, vários colecionadores. Seguindo os princípios de organicidade, não se separam os fundos respeitando a relação documental entre eles sendo que, apesar de não aplicarem o conceito da “organicidade”, entendem a coerência entre os documentos, uma vez que estes se complementam em termos de sentido dos conteúdos.

A classificação realizada pelos colecionadores, durante o tratamento documental, foi operacionalizada entre 1930-1940 e, depois, outra parte dos documentos administrativos seguiram uma forma de classificação distinta, pois possuem outro formato como cadernos, manuscritos, ou documentos em série. Quando se trata de um fundo, este é tratado internamente e é posteriormente confrontado com o histórico do Arquivo Otomano, segundo quem o classificou como administrativo, de transporte, de negócios, saneamento, saúde, educação, etc.

Durante o período Republicano aconteceu o mesmo que durante a organização dos documentos históricos do Império Otomano. O princípio de proveniência é importante para a instituição e, assim, é possível reconstruir o percurso de uma prática. Deste modo, por exemplo, de acordo com a vontade do Estado os documentos são identificados e guardados em “portefólio”. Se estes são considerados desnecessários, são eliminados, destruídos. A justificação para esta prática foi dada com referência, por exemplo, à situação do Brasil, que possui a Comissão do Arquivo Nacional, associada ao Ministério da Justiça, ou com qualquer outro país em que um “lugar” para reunir tantos documentos seria inviável, dada a quantidade de documentos produzidos.

Por isso foi instituída, no Arquivo Otomano, uma comissão para tratar e eliminar documentos turcos. Este procedimento de “modern archives”, segundo o entrevistado, representa práticas de destruição dos documentos modernos, resguardando os documentos históricos. A comissão deve levar a cabo a sua tarefa tendo em conta o que é importante e o que não o é, segundo ele. No entanto, estão a aguardar por uma lei para constituir arquivos estaduais no sentido de racionalizar a produção nacional de documentos. O modelo, por isso, é especificamente turco e a conservação segue os padrões europeus de preservação. O Arquivo Otomano nasceu no período de Osmani, por isso pertence à história do domínio turco.

Para terminar a entrevista questionámos o entrevistado sobre o que é mais significativo: a informação digital ou o documento? A resposta, por parte de um defensor dos arquivos históricos, não poderia ser diferente: no caso do Arquivo Otomano são importantes os documentos e, nos casos dos arquivos modernos, é importante a informação.

Estamo-nos a referir a documentos tradicionais, que atestam a forma como a cultura turca se edificou. Além disso, é importante mencionar a existência de um projeto que visa

a digitalização de todos os documentos no prazo de dois a três anos. Parte do acervo foi transcrita para o turco moderno e há, também, um guia publicado em língua inglesa. Diariamente, o Arquivo recebe cerca de 100 pesquisadores perfazendo uma média de 250 por mês. Ao contrário do Arquivo Nacional Chinês, que emprega uma enormidade de funcionários, na Turquia este número é reduzido a quinhentas pessoas em Ankara, e quinhentas pessoas em Istambul. Cerca de 350 pessoas estão alocadas à digitalização e à classificação. As restantes 150 pessoas estão alocadas aos setores administrativos.

A República da Turquia, o Primeiro-Ministro e a Direção Geral do Arquivo do Estado epigrafaram o Guia do Arquivo Geral do Arquivo do Estado, publicado em Ankara, em 2001. Este atesta, no prefácio, que o estabelecimento possui funções gerais do arquivo.

A sociedade e os indivíduos desejam transparência para o acesso privado aos registos assim como a todos os registos públicos. Diferentes arquivistas descreveram a documentação, de acordo com estratificações e épocas a partir de 1900, e tendo em consideração diferentes tempos de organização temática. O catálogo explica onde se encontram os fundos, que estão colocados numa determinada pasta, não havendo um resumo, contudo, acerca da informação contida no documento. As descrições que surgem no catálogo dizem, portanto, respeito aos nomes importantes do período otomano, não existindo, de facto, qualquer descrição adicional.

Tomando como exemplo um utilizador que busque o nome de um determinado arquiteto italiano que trabalhou na Turquia, durante o Império Otomano, este deve tentar a pesquisa pelo menos três ou quatro vezes, em função das letras e caligrafias diferentes referentes ao nome do arquiteto. Deste modo, o utilizador deve recorrer a polissemias e homofonias com registos diferentes para tentar encontrar a informação pretendida. Se há dificuldade no entendimento da caligrafia do otomano moderno, que foi transcrito do otomano antigo, ainda é necessário que o pesquisador leia o documento original. O arquivo criou serviços de atendimento relativos aos mapas, manuscritos e livros. Para além disso, é atualmente possível capitular resumos em as pastas, em catálogos eletrónicos.

A partir da experiência constatámos limitações que dificultam a pesquisa neste tipo de arquivos. Entre estas, destacam-se a falta de domínio da língua turca, na complexidade linguística do período de dominação do Império Otomano e a conversão para a escrita moderna, para o turco moderno. De facto, a língua otomana não é uma língua popularmente conhecida pelas gerações mais novas. As políticas de arquivo, em vários países, debatem-se com a necessidade de potenciar programas adequados, tecnologicamente capazes de difundir a cultura dos seus países, tal como seja a Cultura Otomana.

Turquia e a semelhança brasileira memorial na função social do arquivo

Iniciámos o artigo comparando a custódia dos documentos de dois países (Brasil e Turquia), tomando em consideração dois depoimentos e impressões de gestores e utilizadores. Constatámos que a base da história, os “locais da memória”, não se restringem, a nosso ver, ao endereço da centralização documental. Os “locais da

memória” possuem ramificações entre passado e presente que podem ser inspiradas em Pierre Nora. Assim, afirma-se:

“A função social dos arquivos. Nas considerações em direção à classificação de arquivos privados, é relevante mencionar a função social dos arquivos, custodiadores da informação arquivística. O arquivo é, muitas vezes, interpretado por um duplo significado: preservar o passado e ser o local onde podemos buscar provas e subsídios para reivindicar direitos. Nesse sentido, os arquivos podem assumir o papel de “lugares de memória”, aos quais os indivíduos recorrem para buscar informações que atestam suas origens ou trajetórias” (SILVA, 2011).

Tendo em atenção a razão memorial de ambos os arquivos na análise dos mesmos a dois níveis: a estrutura e a intervenção, lembramos a tese de doutoramento de Goldfeld (2012). O trabalho da pesquisadora foi iniciado com as questões: “As perguntas de pesquisa propostas são: como o Brasil e o Império Otomano negociaram acesso à sociedade internacional dos Estados soberanos centrada na Europa? Quais resultados esperados e inesperados surgiram desse processo? Como e por que esse período coincidiu com o aparecimento das primeiras conexões entre essas entidades periféricas?” (GOLDFELD, 2012:20).

A partir do trabalho desenvolvido, num primeiro nível, com o uso de fontes primárias incluindo as do Arquivo Otomano, os rumos desse artigo tornam-se pertinentes na medida em que o pesquisador, aquele que infere e constrói o conhecimento, possa ser o primeiro nível mediador da informação documental. O segundo nível, diz, por isso, respeito ao âmbito dos papéis sociais gerenciados pelo Estado-Nação.

Em conclusão, e referindo-nos, novamente, à notícia recente da transferência da documentação pertencente à comprovação de terras da Palestina, independentemente da sua notoriedade, constatámos que os arquivos Otomanos se prestaram a um amplo atendimento com caráter social, que vai além das suas fronteiras territoriais. Pelo contrário, e devido à sua própria localização geográfica, os esforços políticos que visam manter uma certa neutralidade quanto aos conflitos do Oriente Médio, na atualidade, após a chamada “Primavera Árabe” e a contínua luta do Estado de Israel versus os direitos de ocupação dos palestinos nas suas próprias terras, talvez preservem o Arquivo com a destacada função social de receber centenas de pesquisadores por dia e de fazer, da austera instituição, um espaço garantido para a pesquisa no âmbito democrático.

Interessa-nos, a partir do presente artigo, investigar posteriormente as categorias respeitantes à informação social, à informação de arquivo e à informação como fenómeno.

Considerações finais

Para o presente artigo seleccionámos anotações da pesquisa de pós-doutoramento¹³ podendo daí extrair elementos no âmbito da discussão da gestão arquivística. No

¹³ O pós-doutoramento (2014-2015) é realizado na Faculdade de Letras de Universidade do Porto, no Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação. Tema de investigação: *Gestão da Informação: o corredor do café virtual confluyente na dimensão da informação estruturada*, sob

espelhamento das instituições arquivísticas conhecidas do pesquisador na prática do levantamento documental, há redimensionamento do papel institucional e da relação social, no momento da remodelagem dos sistemas de tratamento condicionado pelos contextos culturais contemporâneos.

A partir da seleção de documentos e da sua interpretação, a respeito da temática em estudo, objetiva-se erguer temáticas na tentativa de qualificar a discussão a respeito do fenómeno da informação, da Arquivologia e dos sistemas integrados europeus, brasileiros ou turcos.

O exemplo tido em consideração neste artigo é relativizado e verifica-se que, mais do que um importante passo da política turca, como descreve o documento eletrónico argentino na divulgação de um suposta transferência documental, doando cópias dos arquivos otomanos ao governo palestino, este visaria uma importante ação para possibilitar a descentralização do arquivo, atualmente facilitada pelas técnicas eletrónicas, e deverá também ser feita uma reflexão neste âmbito.

Através da observação dos serviços no âmbito da função social destacada relativamente a um arquivo brasileiro, consideramos que a importância dada a este tipo de serviços se deve à articulação das razões de existência das políticas corretamente dirigidas e adequadas aos papéis sociais da instituição.

Considerámos o arquivo otomano, relativamente à estrutura social, a partir da visão de Giddens, demonstrando que a estruturação das instituições se alarga através das extensões de espaço-tempo. No entanto, resta-nos saber qual o percurso que se deve tomar para dar destaque social aos arquivos “custodiais”, sob a responsabilidade do arquivista e das contingências históricas e futuras. Esta ação é sugerida aos arquivos, por fazer uma reflexão da função social entre países de grande complexidade existencial na humanidade e poderá exemplificar situações de trocas nas desvalorizações culturais dos povos que sofrem abusos de poder naquelas regiões.

Referências bibliográficas

ARQUIVOS EM LINHA

[s. d.] Arquivos em Linha. In *Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão Direção Geral dos Arquivos*. [Acedido em 15 mar. 2015]. Disponível em:
http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/rpa_mc.pdf

CIDIPAL

[s. d.] *Turquia Transfirió a los palestinos El archivo otomano*. [Acedido em 10 dez. 2014]. Atualizado em 21 abr. 2014. Disponível em:

orientação do Prof. Doutor Armando Malheiro da Silva. A tradução dos documentos do Arquivo Otomano, para o projeto de pesquisa do pós-doutoramento, foi realizada pelos universitários na Turquia: Uğur Güney (İstanbul Üniversitesi'nde lisans olarak Tarih, Sosyoloji (Çiftanadal) ve Siyasal Bilimler (yandal) bölümlerinde okumaktadır) e José Rafael Medeiros Coelho (İstanbul Üniversitesi'nde lisans olarak Sosyoloji ve Antropoloji (yandal) bölümlerinde okumaktadır).

<http://www.cidipal.org/noticias/interes-general/4075-turquia-transfirio-a-los-palestinos-el-archivo-otomano.html>

COELHO, M. M.

2011 Competência informacional no ambiente de trabalho: percepção do bibliotecário de órgão público. *Liinc em Revista*. Rio de Janeiro. 7:1 (2011) 170-196. [Acedido em 12 fev. 2015]. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>

DEMANT, P.

2003 História das Relações Internacionais. Aula 9 - 1500-1750: os Descobrimentos e a primeira onda de colonização. São Paulo: Cursos da USP, Universidade de São Paulo; TV Cultura, 2003. [Acedido em 1 fev. 2015]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aJr9raQeKyo>

GIDDENS, A.

2003 *Constituição da Sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

GOLDFELD, M.

2012 *O Brasil, o Império Otomano e a Sociedade Internacional: contrastes e conexões (1850-1919)*. [Acedido em 18 abr. 2015]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10366>

HAZINE

[s. d.] *A guide to researching the middle east and beyond*. Turquia: Hazine. [Acedido em 10 jan. 2015]. Disponível em: <http://hazine.info/2013/10/10/basbakanlik-arsivi>

PINTO, M. M.; SILVA, A. M.

2005 Um Modelo sistêmico e integral de gestão da informação nas organizações. In 2^o CONTECSI – Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação = International Conference on Information Systems and Technology Management. São Paulo, 2005. [Acedido em 5 jan. 2015]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3085.pdf>

SILVA, A. M.; PINTO, M. M.

2005 Gestão Integrada de Sistemas de Informação em Autarquias Locais: uma abordagem sistêmica. In 2^o CONTECSI – Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação / International Conference on Information Systems and Technology Management. São Paulo, 2005. [Acedido em 5 jan. 2015]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3085.pdf>

SILVA, W.

2011 *Arquivos de Interesse Público e Social: a atuação do Conselho Nacional de Arquivos*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. [Acedido em 2 mar. 2015]. Atualizado em 19 abr. 2015. Disponível em: http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Wysterley.pdf

TURQUIA

[s. d.] *T.C. Başbakanlık, Devlete Arşivleri. Genel Müdürlüğü*. [Acedido em 15 nov. 2014]. Disponível em: <http://www.devletarsivleri.gov.tr/>